

RESSOCIALIZAÇÃO DE PESSOAS COM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE: UM ENFOQUE JURÍDICO

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Paulo Freitas Vasconcelos
Habib Ribeiro David
Stace Liz Carneiro
Vamberth Soares De Sousa Lima
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto
Felipe De Almeida Campos
William Julio Ferreira
Herbert Schirmer
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A ressocialização, conforme prevista na Lei de Execuções Penais, na Constituição Federal de 1988 e no Pacto de São José da Costa Rica, representa o processo pelo qual se busca reintegrar o indivíduo à sociedade após o cumprimento de sua pena.

A superlotação das prisões é um dos principais problemas enfrentados, o que dificulta a aplicação de programas de ressocialização efetivos. Além disso, a falta de investimentos e de políticas públicas adequadas compromete a capacidade de reabilitação dos apenados. É essencial que o Estado promova políticas efetivas de ressocialização, investindo em infraestrutura, capacitação de profissionais e criação de oportunidades para os apenados.

Objetivo

Este estudo visa analisar a importância da ressocialização como meio de reduzir o encarceramento e evitar a reincidência criminal, considerando a atual situação das prisões brasileiras.

Material e Métodos

Este estudo baseou-se em uma revisão bibliográfica abrangente, consultando legislação atualizada, jurisprudência relevante e obras de referência na área do Direito Penal e Execução Penal. Foram analisados documentos oficiais, relatórios governamentais e dados estatísticos sobre o sistema prisional brasileiro. Além disso, foram considerados estudos empíricos e pesquisas acadêmicas que abordam a eficácia de programas de ressocialização e suas contribuições para a redução da reincidência criminal. A análise dos materiais selecionados permitiu uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados no processo de reintegração social de indivíduos submetidos

à pena privativa de liberdade, bem como das possíveis soluções e melhores práticas a serem adotadas.

Resultados e Discussão

A ressocialização é essencial para diminuir o encarceramento, uma vez que promove a reintegração do indivíduo à sociedade de forma digna e produtiva. Isso é fundamental para evitar a reincidência criminal, pois oferece oportunidades de educação, trabalho e assistência social, reduzindo as chances de retorno ao crime. No entanto, a superlotação das prisões e a falta de investimentos em programas efetivos de ressocialização representam desafios significativos. Sem condições adequadas de infraestrutura e recursos humanos, torna-se difícil implementar medidas eficazes de reintegração social.

Conclusão

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que o Estado adote medidas urgentes para enfrentar a superlotação carcerária e promover a ressocialização efetiva dos apenados. Isso inclui investimentos em infraestrutura, capacitação de profissionais, criação de oportunidades de trabalho e educação, bem como a implementação de políticas públicas voltadas para a reintegração social.

Referências

Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984).

Constituição Federal de 1988.

Pacto de São José da Costa Rica.

SANTOS, Juarez Cirino dos. A ressocialização no sistema penitenciário brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 47, n. 185, p. 91-110, maio/jun. 2010.

COSTA, Ricardo José de. Reintegração Social do Egresso do Sistema Penitenciário Brasileiro: Entre o Ideal e a Realidade. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 3953, 25 ago. 2014